



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

TERMO DE CONTRATO Nº 450 /24

Processo Administrativo: PMC.2023.00088013-15

Interessado: Secretaria Municipal de Educação

Modalidade: Contratação Direta

O **MUNICÍPIO DE CAMPINAS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 51.885.242/0001-40, com sede na Avenida Anchieta, nº 200, Centro, CEP: 13.015-904, Campinas, Estado de São Paulo, devidamente representado, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **ASAS E CORES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.898.459/0001-00, por seu representante legal, doravante denominada **CONTRATADA**, acordam firmar o presente instrumento de Contrato, em conformidade com o Processo Administrativo em epígrafe, o qual é de pleno conhecimento das partes, integrando o presente instrumento como se transcrito estivesse, sujeitando-se as partes às condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato é a aquisição do Projeto Kit Educativo "JoaNinho: conhecer para preservar", da empresa Asas & Cores, para as Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.

1.2. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	VALOR UNI-TÁRIO	VALOR TOTAL
1	Kit Educativo JoaNinho: conhecer para preservar - Para Educação Infantil e Ensino Fundamental	4.326	R\$ 249,80	R\$ 1.080.634,80
2	Kit Reposição JoaNinho: conhecer para preservar - Para Educação Infantil e Ensino Fundamental	1.065	R\$ 78,80	R\$ 83.922,00
				R\$ 1.164.556,80

1.2.1. O Kit Educativo JoaNinho (Completo) é composto por:

1.2.1.1. Tampa de metal: Usada tanto para transportar as larvas no tubete como para fechar o habitáculo. A tampa contém furos por onde o ar pode circular.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

1.2.1.2. Larvas vivas das espécies de joaninha, *Hippodamia convergens* e/ou *Eriopis connexa*. A instalação da produção comercial desses insetos tem a autorização do IBAMA, dispensa da CETESB, Autorização de Coleta em Meio Ambiente para composição do plantel inicial da Secretaria Estadual de Meio Ambiente SMA, Auto de Responsabilidade Técnica do CREA-SP.

1.2.1.3. Alimento alternativo estável para Coccinellidae.

1.2.1.4. Habitáculo transitório de criação: Composto por uma base desenvolvida de modo a manter a integridade do alimento e fornecer umidade e espaço para os insetos durante o desenvolvimento. Cúpula transparente, permitindo a circulação de ar e a plena observação dos insetos. O DESIGN DESSE HABITÁCULO É EXCLUSIVO DA EMPRESA ASAS & CORES.

1.2.1.5. Tampa pequena de borracha: Permite o acesso ao interior do kit quando existe a necessidade de fornecimento de água.

1.2.1.6. 5 (cinco) Lupas cabo de plástico: Além de melhorar a capacidade da criança de observar detalhes dos insetos, a lupa empodera o aluno na sua capacidade de investigar e observar detalhes e fenômenos naturais.

1.2.1.7. Pinos e dado: Usados para conduzir o tabuleiro de perguntas e respostas acerca das joaninhas e o mundo dos insetos no verso do manual de instruções.

1.2.1.8. Sal/Gel: A Asas & Cores desenvolveu uma técnica para fornecer água e umidade para os insetos e o microambiente, baseado em uma substância segura, atóxica, capaz de reter umidade, aumentar de volume e manter água disponível por semanas sem secar.

1.2.1.9. Pipeta plástica: Usada para medir a quantidade de água necessária para hidratar o sal especial que vem com o habitáculo.

1.2.1.10. Manual de instruções e tabuleiro: Com todas as informações relevantes para que os alunos acompanhem adequadamente o projeto, identificação das partes e componentes do kit educativo, apresentação e conteúdo sobre o desenvolvimento dos insetos e um jogo de perguntas e respostas sobre o ciclo de vida das joaninhas.

1.2.2. O Refil de reposição do Kit Educativo JoaNinho é composto por:

1.2.2.1. Tampa de metal: Usada tanto para transportar as larvas no tubete como para fechar o habitáculo. A tampa contém furos por onde o ar pode circular.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

1.2.2.2. Larvas vivas das espécies de joaninha, *Hippodamia convergens* e/ou *Eriopis connexa*. A instalação da produção comercial desses insetos tem a autorização do IBAMA, dispensa da CETESB, Autorização de Coleta em Meio Ambiente para composição do plantel inicial da Secretaria Estadual de Meio Ambiente SMA, Auto de Responsabilidade Técnica do CREA-SP.

1.2.2.3. Alimento alternativo estável para Coccinellidae.

1.2.2.4. Sal/Gel: A Asas & Cores desenvolveu uma técnica para fornecer água e umidade para os insetos e o microambiente, baseado em uma substância segura, atóxica, capaz de reter umidade, aumentar de volume e manter água disponível por semanas sem secar.

1.2.3. Além dos Kits Educativos JoaNinho (Completo e Reposição), a CONTRATADA realizará implantação e até 10 (dez) capacitações presenciais, cada uma com duração máxima de 2 (duas) horas para todos os professores e coordenadores envolvidos, e com a emissão de certificado de conclusão.

1.2.4. Sete a dez dias após a implantação do projeto, serão abertas salas virtuais (on-line) de até 1 (uma) hora de duração, nas quais os professores e os responsáveis poderão tirar dúvidas sobre o projeto e o andamento. O número de salas virtuais programadas será equivalente ao número de capacitações executadas.

SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

TERCEIRA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. O valor do presente Contrato é de R\$ 1.164.556,80 (um milhão, cento e sessenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos).

3.2. No valor acima, estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da CONTRATANTE, para o exercício de 2024:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

7160.12.361.1003.4027.339030.01.220.000

7160.12.365.1003.4027.339030.01.212.000

7160.12.365.1003.4027.339030.01.213.000

7160.12.361.1003.4027.339030.01.220.000

7160.12.365.1003.4027.339030.01.212.000

7160.12.365.1003.4027.339030.01.213.000

QUARTA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. O objeto deste Contrato deverá ser entregue à CONTRATANTE no Almojarifado da Secretaria Municipal de Educação, sito à Av. Tancredo Neves, nº 4.401, Jardim Santa Amália, em Campinas, salvo quando informado local diferente pela Secretaria Municipal de Educação na Ordem de Fornecimento, restringindo-se ao Município de Campinas.

4.2. Os Kits Educativos JoaNinho sem larvas de joaninha deverão ser entregues à CONTRATANTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da Ordem de Fornecimento e da Nota de Empenho. A entrega das larvas de ambos os kits (Completo e Reposição) será feita no momento da implantação e das capacitações presenciais do projeto, a serem realizadas em datas, horários e locais prévia e formalmente acordados com a Secretaria Municipal de Educação dentro do período de vigência deste Contrato.

4.3. A contratada responsabilizar-se-á pelo transporte, pela entrega, pelo carregamento e pelo descarregamento dos kits. Os produtos deverão ser embalados de forma a não causar qualquer tipo de dano durante as etapas em que estiverem sob a responsabilidade da CONTRATADA.

4.4. Fica assegurado à CONTRATANTE o direito de rejeitar os materiais entregues em desacordo com as especificações e as condições deste instrumento contratual, ficando a CONTRATADA obrigada a substituir os itens irregulares, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da comunicação, sem prejuízo da garantia de fabricação dos mesmos, para efeito de reposição.

4.5. Caso a substituição dos itens irregulares não ocorra no prazo determinado, estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Contrato.

4.6. O aceite do objeto deste Contrato pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil nem a ético-profissional do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade dos itens entregues ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, verificadas posteriormente, garantindo-se à CONTRATANTE as faculdades previstas em legislação pertinente, incluindo as disposições cabíveis no âmbito do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

5.1. O acompanhamento e a fiscalização deste Contrato serão realizados por servidores designados do Almojarifado da Secretaria Municipal de Educação.

5.2. Os fiscais do Contrato serão responsáveis pelo acompanhamento, pela fiscalização e pelo atesto dos bens contratados, podendo utilizar, entre outras ferramentas de controle e checagem.

5.3. A CONTRATANTE se reserva ao direito de, sempre que julgar necessário, verificar, por meio de agente técnico credenciado ou de seus funcionários, se as prescrições das normas deste Contrato estão sendo cumpridas pelo fabricante/fornecedor. Para tal, o mesmo deverá garantir ao agente técnico credenciado livre acesso às dependências pertinentes da fábrica.

SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

6.1. Compete à CONTRATANTE:

6.1.1. Enviar à Contratada a Ordem de Fornecimento, que trará informações e especificações pertinentes à execução do objeto.

6.1.2. Solicitar a substituição ou a correção dos kits que não tenham sido considerados adequados ao atendimento ao disposto no Termo de Referência.

6.1.3. Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários à execução do fornecimento.

6.1.4. Efetuar os pagamentos devidos.

6.1.5. Verificar o fiel cumprimento do contrato.

6.2. Compete à CONTRATADA:

6.2.1. Envidar todo o empenho e a dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados.

6.2.2. Tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, inclusive no que se refere ao cumprimento das regras do controle de qualidade e quanto ao compromisso de fornecimento do quantitativo contratado por meio deste



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

instrumento.

6.2.3. Entregar os itens objeto deste Contrato no prazo máximo e no endereço indicado pela Contratante, e todas as demais condições descritas(s) no Termo de Referência.

6.2.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções resultantes dos produtos empregados ou da execução de serviços.

6.2.5. Manter, durante toda a execução do objeto deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

6.2.6. Informar à CONTRATANTE a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do fornecimento.

6.2.7. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Serão aplicadas à CONTRATADA responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021:

7.1.1. advertência, aplicável à Contratada que der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.1.2. multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da Ordem de Fornecimento, por hora de atraso injustificado no início e/ou conclusão do serviço, até no máximo a 3ª hora, após o que, a critério da Administração, poderá ser convertida em multa compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, cumulada com outras sanções;

7.1.3. multa compensatória em valor não inferior a 0,5% do valor do contrato e não superior a 30%, nas seguintes infrações:

7.1.3.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.3.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

7.1.3.3. dar causa à inexecução total do contrato;

7.1.3.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

7.1.3.5. apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;

7.1.3.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.1.3.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.3.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), especialmente o inciso V, no tocante a contratos:

a) fraudar contrato;

b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;

c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

7.1.4. impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Campinas, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nas seguintes infrações, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

7.1.4.1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.4.2. dar causa à inexecução total do contrato;

7.1.4.3. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

justificado.

7.1.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nas hipóteses previstas no subitem anterior, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar e, ainda, nas seguintes hipóteses:

7.1.5.1. apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;

7.1.5.2. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.1.5.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.5.4. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), especialmente o inciso V - no tocante a contratos:

a) fraudar contrato;

b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;

c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

7.1.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.1.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.1.6.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.1.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.1.6.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

7.1.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.2. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.3. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

7.4. É admitida a reabilitação da Contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

7.4.1. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

7.4.2. pagamento da multa;

7.4.3. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

7.4.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

7.4.5. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos.

7.5. A sanção pelas infrações de apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato e praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 exigirá como condição de reabilitação da Contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

7.6. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

7.6.1. Possível a cumulação das multas moratória e compensatória quando tiverem elas origem e fatos geradores diversos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

7.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.8. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

7.9. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não eram possíveis evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

7.10. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

7.11. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. Para habilitar-se ao pagamento a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE a 1ª via da Nota Fiscal de Vendas/Fatura juntamente com a comprovação de entrega.

8.2. O pagamento será efetuado, pela CONTRATANTE, no prazo 10 (dez) dias fora a dezena, contado após a aprovação da Nota Fiscal a seguir: apresentação da cobrança prevista no item 8.1; atesto do recebimento do produto pelo fiscal do Contrato; e aprovação da documentação comprobatória pelo setor responsável pela gestão do Contrato, uma vez que tenham sido cumpridos todos os critérios e condições estabelecidos neste Contrato, no Termo de Referência e seus Encartes.

8.3. Qualquer dos documentos citados no item 8.1 acima que apresentar incorreção será devolvido à CONTRATADA, para regularização, reiniciando-se novos prazos para pagamentos, a contar da reapresentação devidamente corrigida.

NONA – DO REAJUSTE E REQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

9.1. Os valores contratados serão reajustados a cada período de doze meses contados a partir da data da



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

proposta, ou do último reajuste, aplicável de acordo com a seguinte fórmula:

$$PR = P0 \times (1 + (\text{variação acumulada do IPC - FIPE - Geral1 até o IPC - FIPE - Geral 12}))$$

Onde:

PR = Valores reajustados

P0 = Valores contratados vigentes

IPC - FIPE - Geral = Índice de Preços ao Consumidor - Geral, publicado pela FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

IPC - FIPE - Geral1 = Percentual do mês da data da apresentação da proposta, ou do o último reajuste

IPC - FIPE - Geral 12 = Percentual do 12º mês contado a partir do mês da apresentação da proposta, ou do último reajuste

9.1.1 No caso da impossibilidade em se obter a variação acumulada do IPC - FIPE – Geral este será automaticamente substituído pelo IPCA - Índice Geral, mantendo-se o mesmo período de cálculo e vigência do reajuste.

9.2 No caso de atraso pela CONTRATANTE, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPC - FIPE de correção monetária, conforme cláusula de reajuste item 9.1.

9.3 O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro será de 01 (um) mês, a contar do recebimento pela CONTRATANTE.

DÉCIMA - DA GARANTIA

10.1. Conforme permissivo legal, deixa a Secretaria Municipal de Educação do Município de Campinas de proceder ao recolhimento de garantia da contratação.

DÉCIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. Aplica-se aos casos omissos o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e respectivas alterações, bem como nas leis específicas e demais normas em vigor pertinentes.

DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS DE EXTINÇÃO

12.1. Constituem motivos para a extinção do contrato as situações referidas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

12.2. A extinção do contrato deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3. A extinção do contrato poderá ocorrer se determinada por ato unilateral e escrito da Administração, consensual, ou por decisão arbitral ou judicial, de acordo com o art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.4. A extinção determinada por ato unilateral e escrito da Administração, poderá acarretar ao Contratante, sem prejuízo das sanções cabíveis, as consequências elencadas no art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.5. A extinção determinada por ato unilateral da Administrativa e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Campinas/SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste contrato.

E por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma.

Campinas, 21 NOV. 2024


JOSÉ TADEU JORGE
Secretário Municipal de Educação


ASAS E CORES LTDA

Nome: Guilherme Frateschi Trivellato

Cargo: Representante Legal

CPF: 318.374.328-05

Confeccionado conforme minuta 10546140 redigida pela unidade PMC-SME-DAE-CSS-NT aprovada pelo parecer jurídico 12659977 da unidade PMC-SMJ-PGM-PAE-NE



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: PMC.2023.00088013-15

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação

MODALIDADE: Contratação Direta

CONTRATANTE: Município de Campinas

CONTRATADA: Asas e Cores Ltda

CONTRATO Nº 450 /24

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Dario Jorge Giolo Saadi

Cargo: Prefeito do Município de Campinas

CPF: 102.354.108-69

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: José Tadeu Jorge

Cargo: Secretário Municipal de Educação

CPF: 822.997.228-15

Assinatura: _____

PELA CONTRATADA:

Nome: Guilherme Frateschi Trivellato

Cargo: Representante Legal

CPF: 318.374.328-05

Assinatura: _____

contato.asasecores@gmail.com

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: José Tadeu Jorge

Cargo: Secretário Municipal de Educação

CPF: 822.997.228-15

Assinatura: _____

GESTOR DO CONTRATO:

Nome: Silmara Paiva de Campos Lima

Cargo: Diretora

Matrícula: 120462-9

FISCAL DO CONTRATO:

Nome: Luciane Vieira Palma

Cargo: Coordenadora

Matrícula: 32232-0